

Despacho de Indeferimento da Prova

Processo: Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Juiz: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa

Data: 22 de fevereiro de 2026

Vistos

1. O Ministério Público, representado pela Procuradora **Dr.ª Marta Santos** (OA 54321), requereu a produção de prova eletrónica consistente em:
 - **E-mails** enviados entre 08/03/2023 e 27/03/2023, provenientes do endereço *j.silva@email.com*;
 - **Registos de acesso** ao portal bancário da conta n.º PT50 0000 0000 0000 1234 567, referentes ao período de 09/03/2023 a 26/03/2023;
 - **Capturas de ecrã** de mensagens de phishing recebidas pelo réu, João da Silva, residente em Lisboa, e que supostamente induziram a efetuar as transferências fraudulentas.
2. Os mandatários da defesa, **Dr.ª Ana Pereira** (OA 12345) e **Dr. Luís Carvalho** (OA 67890), apresentaram, em 15 de fevereiro de 2026, **pedido de exclusão** da referida prova eletrónica, alegando violação dos princípios da legalidade, da lealdade processual e da proteção dos dados pessoais, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código de Processo Civil (CPC) e do artigo 9.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (RGPD).
3. A defesa sustenta que:
 - Não foi assegurada a cadeia de custódia dos dados eletrónicos;
 - Não foram observados os requisitos de autenticidade e integridade previstos no artigo 12.º do Código de Processo Penal (CPP);
 - A obtenção dos e-mails e registos de acesso teria sido realizada sem autorização judicial prévia, violando o direito à privacidade do réu.

Fundamentação

1. Da admissibilidade da prova eletrónica Nos termos do **artigo 489.º, n.º 1, alínea b) do CPC**, a prova documental, incluída a eletrónica, é admissível quando produzida de forma legal e quando a sua autenticidade e integridade possam ser verificadas. O **artigo 12.º do CPP** estabelece que a prova obtida por meios eletrónicos deverá ser acompanhada de laudo pericial que comprove a sua autenticidade, a cadeia de custódia e a integridade dos dados.

O Ministério Público já providenciou: - **Laudo pericial** elaborado pela Peritagem de Tecnologias da Informação do Tribunal Judicial de Lisboa, datado de 30 de janeiro de 2026, que atesta a integridade dos ficheiros, a inexistência de manipulação e a correta preservação da cadeia de custódia, nos termos do **artigo 15.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro** (Regime Jurídico da Prova Pericial). - **Autorização judicial** para a recolha dos registos de acesso ao portal bancário, concedida em despacho de 05 de janeiro de 2026 (processo n.º 2023/0456, secção de instrução criminal).

2. Da ausência de violação dos direitos fundamentais A alegação de violação do direito à privacidade deve ser ponderada à luz do **artigo 26.º da Constituição da República Portuguesa**, que admite restrições a esse direito quando necessárias à persecução penal e quando observados os princípios da proporcionalidade e da necessidade. A prova em apreço é **estritamente necessária** para demonstrar a autoria e a materialidade da burla informática descrita no artigo 217.º do Código Penal.

3. Da jurisprudência aplicável A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, nomeadamente o Acórdão de 12 de outubro de 2021, Processo n.º 1234/21.5T8LSB, reconheceu a validade de provas eletrónicas obtidas mediante ordem judicial, mesmo que o réu alegue violação de privacidade, desde que cumpridos os requisitos de autenticidade e cadeia de custódia.

4. Do pedido de exclusão Conforme o **artigo 506.º do CPC**, o juiz pode indeferir o pedido de exclusão de prova quando: - Não houver demonstração de violação de direitos fundamentais que justifique a sua nulidade; - A prova seja essencial para a instrução do processo e tenha sido obtida em conformidade com a lei.

No presente caso, a defesa não comprovou qualquer irregularidade na obtenção dos dados eletrónicos nem a inexistência de laudo pericial que assegure a sua autenticidade. Pelo contrário, a documentação apresentada pelo Ministério Público cumpre integralmente os requisitos legais.

Decisão

Indeferir o pedido de exclusão da prova eletrónica formulado pelos mandatários da defesa, nos termos do **artigo 506.º, n.º 1, alínea c) do CPC**, mantendo a sua admissão nos autos e autorizando a sua prática em audiência de instrução, a ser realizada em data a ser designada.

Notifique

- **Ao Ministério Público**, para que proceda à juntada dos documentos periciais ao processo, se ainda não o fez.
- **Aos mandatários da defesa**, para que, no prazo de cinco (5) dias úteis, apresentem, se assim o entenderem, as suas razões finais sobre a admissibilidade da prova, nos termos do artigo 508.º do CPC.

Registe e publique o presente despacho, nos termos do artigo 502.º do CPC.

Juiz de Instrução Criminal n.º 4
Tribunal Judicial de Lisboa